

ARTIGOS LIVRES

**O MEDO DO PRAZER NA LEITURA DA HISTÓRIA: UM POUCO SOBRE O
HISTORIADOR E A SUSPEITA DA BOA ESCRITA****THE FEAR OF PLEASURE IN THE READING OF HISTORY: SOMETHING
ABOUT THE HISTORIAN'S SUSPICION OF WELL WRITTEN
HISTORIOGRAPHY**Lina Alegria dos Santos Reis¹

Resumo

Neste artigo, tenho o intuito de analisar as suspeitas da disciplina historiográfica em relação a textos prazerosos. A dizer, aqueles nos quais, geralmente, mobilizam-se recursos estéticos associados à literatura, como as figuras de linguagem. Para isso, procuro, em arcos de longa duração: apresentar uma definição de prazer; recuperar o seu afastamento dos aspectos cognitivos da mente e do corpo humano; e as implicações desse movimento para a produção textual dos historiadores. O cerne do meu argumento está na constatação de que há uma correlação entre *vontade de verdade* e a disposição material ou gráfica do texto na página, produzindo, por consequência, expectativas estéticas específicas para o discurso médio da disciplina historiográfica. Por isso, também exponho no artigo um breve balanço sobre as discussões e preocupações do campo com a materialidade da comunicação. A partir desses debates e provocações, procuro conduzir uma reflexão sobre os limites da segurança e do conforto, permitidos pela disposição tradicional do texto, em contraposição ao alerta e à suspeita despertados pela fruição.

Palavras-chave: historiografia; escrita da história; prazer; paixões; materialidade da comunicação.

¹ Mestrada da UNICAMP, na linha Dinâmicas e Linguagens Políticas: Representações, Espacialidade e Historiografia, na qual desenvolve a pesquisa "Sentimento do Mundo: a práxis revolucionária e a produção passional na poesia de resistência francesa (1940-1945)", sob orientação da Prof. Maria Stella Bresciani. Ademais, integra os grupos de estudos "História e linguagens políticas: razão, sentimentos e sensibilidades" (CNPq/UNICAMP) e "Limites do tempo" (PUC-Rio/UFJF). Atua como editora na Revista História Social (RHS) do PPGH da UNICAMP. E-mail: linaemailnovo@gmail.com.

Abstract

In this article, I intend to analyze the suspicions of the historiographic discipline in relation to pleasurable texts. That is, texts in which aesthetic resources associated with literature, such as figures of speech, are employed. To this end, I seek to, in long-term arcs: present a definition of pleasure; recover its detachment from the cognitive aspects of the human body and mind; and the implications of this transformation to the writing of historians. The core of my argument lies in the observation that there is a correlation between the *will to truth* and the material or graphic arrangement of the text on the page, producing specific aesthetic expectations for the average discourse of the historiographical discipline. Based on these discussions, I seek to reflect on the limits of the sensation of security and comfort allowed by the traditional arrangement of the text, as opposed to the alert and suspicion aroused by fruition.

Keywords: history; historiographical texts; pleasure; passions; materiality of communication.

Introdução

A leitura de textos historiográficos, ao contrário do que se imagina, pode abrir muito espaço para desconforto, e um que não deriva apenas de discordâncias teórico metodológicas. Formulações como “Esse era o lugar da clandestinidade, cujos habitantes, inflamáveis em qualquer época, explodiam nos últimos vinte e cinco anos do *Anciën Regime*” (DARNTON, 1987, p. 28) ou “O exercício da subliterate sufocava o respeito e o amor. A luta feroz para continuar vivo trazia à tona sentimentos mais mesquinhos [...]” (DARNTON, 1987, p. 36), com suas metáforas, adjetivos e descrições vívidas, altamente sedutoras, costumam ser o suficiente para deixar qualquer historiador ou cientista com a pulga atrás da orelha, como se entrassem em um estado de alerta e suspeita. Então, o leitor especialista, autoconfiante de sua criticidade, se prepara para, a qualquer momento, desmascarar aquele jornalista ou romancista que ousa se passar por estudioso do assunto. Mas, por que tanta desconfiança? Especialmente em casos como este, no qual quem escreve é considerado um dos maiores especialistas em sua área, ou, ao menos, um dos mais lidos e aceitos.

Me parece que há duas possíveis explicações, altamente questionáveis, para essa suspeita: 1 - o prazer da leitura parece atrapalhar o julgamento, impede a apreensão clara e crítica dos dados da pesquisa, seduz; 2- a construção estética não faz parte dos argumentos, é concebida apenas como um acessório, um arabesco, que distrai, e é absolutamente descartável. O germe e o desenvolvimento dessas duas formas de pensar podem ser rastreados e organizados historicamente, em arcos de longa duração. E o meu, nada modesto, objetivo para este texto é, precisamente, tentar rastrear as origens da atenção e da suspeita do leitor especializado frente à experiência de prazer, ao ler um trabalho de pesquisa historiográfica. Friso o verbo tentar, tendo consciência das minhas limitações e da inexistência de uma única explicação verdadeira para qualquer fenômeno histórico. Ainda assim, o meu esforço foi o de retomar a relação do historiador com a escrita, definir prazer, reconstituir o processo histórico através do qual ele foi suprimido e negado e correlacionar isso com a constituição da materialidade do texto historiográfico.

1. O que nós fazemos?

Em uma sociedade orientada para a produção, como é o caso da nossa, reflexões sobre a natureza do trabalho, no geral, mas, também, sobre as diferentes facetas e etapas de um ofício, parecem inevitáveis. E nós, historiadores, nunca nos privamos delas. Exemplo clássico é o livro de Carlo Ginzburg, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (2007), no qual o autor procurou inserir a historiografia em uma longuíssima tradição de ciências e saberes indiciários. Sob esse enorme guarda-chuva, que abrigaria a caça, a adivinhação, a medicina, o estudo de pinturas, a psicanálise, a investigação policial e a história, o autor localizou formas de conhecimento cujo método consiste em reconstituir narrativamente — ou, ainda, tornar visíveis — eventos singulares ocultos ou que não foram experimentados diretamente pelo escritor. Algo tornado possível pela coleta e organização dos indícios, sinais ou sintomas do dado acontecimento (GINZBURG, 2007, p. 143-169).

No entanto, apesar de ter indicado a íntima relação entre o saber indiciário e a narração, assim como as dificuldades de codificar um saber proveniente de experiências concretas e particulares, a ênfase do seu trabalho, me parece, estava menos no exercício da escrita e mais no método de pesquisa. Evidentemente, tal constatação não abarca toda a trajetória e produção de Ginzburg, como fica explícito em sua polêmica com Hayden

White acerca da escrita da história². À época, por exemplo, o autor reforçou as possibilidades de conciliação entre a exposição de fatos, supostamente objetivos, e sua articulação narrativa através do emprego de recursos retóricos. Ainda assim, tanto nessa circunstância, quanto nos estudos que realizou sobre a escrita historiográfica, tematizando desde a citação até a paráfrase, a composição textual aparece como uma consequência inescapável daquilo que fundamenta a suposta verdadeira essência do ofício do historiador: a pesquisa. Nesse sentido, o seu esforço parece ser o de reduzir a distância entre a linguagem e o fato, ou entre a linguagem e os métodos de pesquisa. Como se os processos envolvidos na constituição de um texto (a escritura), na sua composição material ou na sua disposição tipográfica não fizessem parte da estrutura do argumento proposto³. Mais ainda, como se eles não influenciassem diretamente a experiência de leitura, fazendo parte do processo de convencimento e persuasão do leitor⁴.

Em última instância, desconsiderar a cadeia produtiva e a materialidade de um texto equivale a tornar invisível, secundário ou irrelevante a recepção do público, especialmente a do grande público, para o nosso exercício profissional. Afinal, se aquilo que o historiador vê são as evidências, o texto por ele composto é o que está à vista do leitor. Há muitas consequências negativas para a escolha de apresentar a pesquisa como o único elemento definidor da nossa profissão: desde ignorar uma potencial função social da história e de seus dilemas, até tornar o próprio trabalho historiográfico uma nota de rodapé da vida pública⁵.

Ainda assim, ao retomar as discussões feitas nas últimas décadas, pude notar um interesse crescente, seja na historiografia, seja na crítica literária, pela materialidade da comunicação e pelos seus efeitos na produção de sentido. Esses estudos, os quais irei exemplificar a seguir, ressaltam a importância dos processos e instrumentos de produção,

² Para maior profundidade no debate: (CUNHA, 2014. p. 16-33) e (GINZBURG, 2007).

³ Jeanne Marie Gagnebin, em “As formas literárias da filosofia” (2006, p. 201-210), ao falar sobre a expressão literária da filosofia, argumentou que, dado que o pensamento, quando formulado, é mediado pela linguagem, seria impossível desconsiderar o elo entre a composição, disposição e enunciação de um texto e o argumento por ele oferecido. Assim, a linguagem e os recursos retóricos não seriam apenas “concessões ao público, ornamentos estilísticos prescindíveis, ou, ainda, como algo meramente metafórico ou meramente retórico” (*Ibidem*, p. 202).

⁴ Usualmente, se distingue *persuasão* e *convencimento*, a primeira corresponderia aos elementos do discurso que movem o *ethos* e o *pathos*, enquanto a segunda, corresponderia aos elementos que agem na razão, os argumentos. No entanto, é interessante notar a posição de Reboul, segundo a qual, dado que, na arte retórica, razão e paixão são indissociáveis, recursos de convencimento e de oratória só podem ser separados didaticamente, e todos eles fazem parte da persuasão. (REBOUL, 2000, p. XVII-XVIII).

⁵ Formulação excelente sobre as demandas éticas e suas consequências formais no fazer historiográfico contemporâneo se encontra no ensaio “Verdade e memória do passado” (GAGNEBIN, 2006, p. 38-47).

de reprodução e circulação, assim como de recepção, na construção de sentidos, experiências e interpretações possíveis de um texto. A premissa subjacente a essa análise talvez seja a aceitação, explícita ou implícita, do argumento benjaminiano, formulado no famoso “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (2002, p. 217-254), segundo o qual as transformações técnicas, econômicas e sociais alteram as estruturas de percepção dos sujeitos e vice-versa. Sinteticamente, isso equivale a dizer que os diferentes modelos de produção, circulação, reprodução e recepção de um texto oferecem possibilidades interpretativas diversas; e, igualmente, que diferentes condições de possibilidade mental originam instrumentos e técnicas distintas. A isso se soma o argumento de que a relação entre as condições de possibilidade mental, os instrumentos e as técnicas, estaria necessariamente inserida em um contexto histórico-social condicionante, o qual permite a sua análise.

Na historiografia, por exemplo, Robert Darnton constatava, já nos anos 80, um crescente interesse pela história dos livros, responsável por reunir especialistas de diversos campos: historiadores da literatura, sociólogos, bibliógrafos e afins. Em artigo intitulado “O que é a história dos livros?” (1990, p. 109-131), o autor propunha, ao estudioso desse objeto, um percurso de investigação cioso de todo o *ciclo de vida* do dispositivo em questão — que inclui os leitores, suas interpretações e os efeitos que elas produzem sobre os próprios autores (DARNTON, 1990, p. 112). Darnton, aliás, se dedicou ao estudo de algumas dessas esferas de produção e circulação do texto, no caso, escrito e impresso. Nesse artigo, ele exemplificou parte de seus procedimentos com um estudo de caso sobre o livreiro Rigaud. O autor pontuou a ação do livreiro enquanto agente mediador entre os impressores e o público, assim como sua influência na curadoria dos livros que circulavam, à época, na região de Montpellier. Comentou, ademais, a relação de Rigaud com os demais livreiros da cidade, as disputas pelo mercado, e a influência das condições naturais, políticas e econômicas na compra e venda de livros. Além disso, Darnton também se dedicou à análise da organização interna de uma obra, no caso, a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert, e sua correlação com as condições de possibilidade mental da época (DARNTON, 1988, p. 247-271).

Igualmente, é possível comentar a iniciativa de críticos literários, filósofos e medievalistas que, nos anos 90, tentaram compor um campo chamado *Materialidades da comunicação*, iniciativa que culminou, em 1994, na publicação do livro *Materialities of Communication* (1994). O aspecto mais emblemático deste esforço provavelmente foi a

tentativa de deslocar a ênfase analítica, ao interpretar um significante, da procura pelo significado para o estudo dos seus meios e impactos materiais. Portanto, o trabalho dedicava-se às potencialidades, limitações e efeitos das dimensões técnicas, tecnológicas, materiais, procedimentais e midiáticas de um texto (GUMBRECHT; PFEIFFER, 1994, p. 6-7).

Mas, esse tipo de preocupação não se restringiu à *Materialidade da Comunicação*. Em “O livro como uma Forma Expressiva” (2018, p. 21-47), D.F McKenzie demonstrou a importância dos aspectos formais de um texto na construção de suas possíveis interpretações. O exemplo dado é a comparação entre duas formatações tipográficas de uma mesma citação de Congreve, a original, do século XVIII, e a sua reprodução como a epígrafe do texto “Falácia Intencional” de Wimsatt e Beardsley, em 1946. Dentre as muitas alterações realizadas pelos autores no século XX, estão a supressão de vírgulas e letras maiúsculas, além da substituição da fonte por uma mais adequada às novas técnicas de impressão e às novas sensibilidades. A consequência destas alterações foi a transformação de suas possíveis interpretações, de uma passagem que valorizava e enfatizava o fazer e a intenção do escritor a um fragmento que sustenta a abertura do texto a leituras díspares.

Inspirando-se nos estudos bibliográficos, outro historiador, António Manuel Hespanha, em artigo intitulado “Form and content in early modern legal books: Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought” (2008, p. 15-50), tratou das mudanças nos textos jurídicos na primeira modernidade, focando-se nas alterações resultantes da difusão de textos impressos em um meio ainda repleto de manuscritos. Mais especificamente, ele relacionou as transformações na formatação dos textos jurídicos, mediados pelas novas demandas do processo de impressão, às mudanças no aprendizado do direito e no sistema legal, resultantes da consolidação dos Estados Modernos e da reforma dos currículos universitários. Essas três esferas teriam se influenciado mutuamente, sem que houvesse uma relação hierárquica entre elas. Assim, Hespanha descreveu o processo através do qual se desenvolveram mecanismos de disposição, mas também de concepção do direito, que permitiram com que os livros se tornassem mais compactos e objetivos, facilitando sua comercialização, circulação e difusão, por exemplo, entre públicos não especializados. Nesse processo, o ascendente racionalismo desempenhou papel fundamental no fornecimento de estruturas para a organização, inclusive material, do saber (HESPANHA, 2008, p. 33-37). A título de

exemplo, é possível falar do desenvolvimento de índices, cujo objetivo era a sistematização do crescente corpus de textos que um advogado supostamente deveria conhecer para praticar o seu ofício (HESPANHA, 2008, p. 27). Em suma, Hespanha concluiu que

[...] o conhecimento também é resultado de um processo sócio-material de produção, no qual a figura tradicional que costumávamos chamar de ‘autor’ compartilha o processo criativo com as condições técnicas de comunicação, o interesse de empreendedores, a constituição da audiência, a disponibilidade de dispositivos intelectuais, para não tratar diretamente de fatores mais diretamente relacionados com os interesses sociais e expectativas sobre a lei⁶ (HESPANHA, 2008, p. 37).

Até aqui, quis demonstrar a íntima conexão entre pensamento, construção de conhecimento, linguagem, escrita e materialidade, especialmente no fazer historiográfico. Igualmente, tentei indicar o interesse crescente por esse tipo de abordagem metodológica. O meu objetivo neste trabalho, no entanto, concerne uma esfera específica do encontro da obra com o público, a dizer, a experiência sensorial proporcionada pela materialidade da expressão do argumento, e que gera não apenas engajamento intelectual, mas físico — a visão das letras, o som das palavras, a sensação do livro ou do computador na mão, o posicionamento do corpo — e, portanto, afetivo⁷. Tipo de engajamento capaz de gerar prazer ou desprazer, ou seja, adesão ou tédio, fator decisivo, embora frequentemente ignorado, na aceitação ou rejeição de uma pesquisa.

2. O prazer

Oferecer uma definição precisa de prazer é uma tarefa ingrata, especialmente considerando as minhas limitações teóricas, consequência de uma curta trajetória acadêmica. Dentro dos meus limites, entretanto, posso identificar, como sua característica mais importante, o fato do prazer ser um efeito físico no corpo, resultado do encontro com o exterior — seja com a ação de outrem, ou com um elemento do mundo. Nesse sentido, ele se insere em um processo mais amplo, o da paixão, ou, para usar uma terminologia antiga, o do páthos. Aristóteles, por exemplo, na primeira seção do *Livro II* da *Retórica*,

⁶ [L.T] “[...] knowledge is also a result of a material social process of production, where the traditional personage we used to call ‘author’ shares the creative process with the state of communicative technique, the interests of entrepreneurs, the constitution of the audience, the available intellectual devices, not to speak of factors more directly related to social interests and expectation about law”.

⁷ Essa preocupação nada tem de original e bebe de trabalhos de Gumbrecht, ver: (GUMBRECHT, 2014) e (GUMBRECHT, 2016).

definiu o páthos como “[...] as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor ou prazer [...]” (ARISTÓTELES, 2005, p.160). De maneira geral, para o autor, a paixão era um movimento, estabelecido na relação com o Outro, coletivo ou singular, que desperta uma reação no indivíduo, alterando seus julgamentos e seus modos de pensamento através das impressões de prazer ou dor. Consequência em potencial: associação entre prazer (ou dor) e o obscurecimento do juízo.

O papel atribuído ao prazer no processo cognitivo, aliás, não é uma exclusividade aristotélica ou antiga. Em *Emílio* (1995), por exemplo, tratado de Rousseau dedicado à educação, é possível ler:

Nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados pelos objetos que nos cercam. Mal tomamos por assim dizer consciência de nossas sensações e já nos dispomos a procurar os objetos que as produzem ou a deles fugir, primeiramente segundo sejam eles agradáveis ou desagradáveis, depois segundo a conveniência ou inconveniência que encontramos entre esses objetos e nós, e, finalmente, segundo os juízos que fazemos deles em relação à idéia de felicidade ou de perfeição que a razão nos fornece. Essas disposições se estendem e se afirmam na medida em que nos tornamos mais sensíveis e mais esclarecidos; mas, constrangidos por nossos hábitos, elas se alteram mais ou menos sob a influência de nossas opiniões. Antes dessa alteração, elas são aquilo a que chamo em nós a natureza (ROUSSEAU, 1995, p. 12).

Para o autor, portanto, a nossa natureza, que, eventualmente, pode ser mediada pela razão e pelos hábitos sociais, seria formada por meio das sensações de prazer (o agradável) e desprazer (o desagradável) que o mundo suscita ao nos encontrarmos com ele. À natureza do indivíduo, formada pelas impressões sensoriais oriundas dos *encontros*⁸, poderíamos chamar de caráter, e vincular a discussão rousseuniana a outra tradição do pensamento ocidental, a qual defende que as paixões, justamente pelo aprendizado de prazer e dor, são formadoras de *tendências* comportamentais, que constituindo aquilo que há de singular em um indivíduo.

É precisamente essa reflexão que Gérard Lebrun, em artigo intitulado “O conceito de Paixão” (1987, p.12-33), no qual busca reconstituir os ecos da antiguidade que conduziram à patologização das paixões na modernidade, identificou em Hegel:

[Hegel afirma na Estética que] “A palavra *pathos* é de difícil tradução, pois *paixão* implica algo insignificante, baixo - como quando dizemos que um homem não deve sucumbir às paixões.

⁸ Para uma definição de “encontro” ver: (EUGÊNIO; FIADEIRO, 2012).

Aqui, tomamos o *pathos* em plano mais elevado [...] deve-se limitar o *pathos* às ações humanas e pensá-lo como conteúdo racional essencial no ‘eu’ humano, preenchendo e penetrando a alma inteira”. “Nada de grande se fez sem paixão”. [...] a “paixão” de que se trata [na *Estética*] não é um impulso que nos leva, *malgrado nosso*, a praticar uma ação. Ela é o que dá estilo a uma personalidade, uma unidade a todas as suas condutas. [...] trata-se antes da tonalidade específica de suas condutas, da tensão que unifica seus atos - sem importar que situação estejam enfrentando. Em suma, a “paixão” é então constitutiva de um personagem (HEGEL *apud* LEBRUN, 1987, p. 23).

Não é gratuito, portanto, que Alfredo Bosi, partindo de uma matriz hegeliana para falar dos laços entre resistência e literatura, tenha afirmado, como uma das potencialidades da narrativa, a capacidade de, através de figuras de linguagem, construir fisionomias e singularidade para valores e comportamentos. Em outra palavra, dar-lhes materialidade e concretude, responsável pela função retórica de despertar reações afetivas (BOSI, 2002, p. 118-135).

Nesse sentido, é interessante observar que o temido nas paixões, desde a antiguidade, é, por um lado, a sua capacidade de enganar a razão ou nublar o julgamento, processo decorrente das sensações de prazer e desprazer; e, por outro lado, a de criar tendências tendenciosas, a redundância é intencional, e comportamentos irracionais. O modelo estoico, por exemplo, apresentava o homem como um animal racional. A sua natureza é o *logos*, que pela força e potência, não pode ser diminuído ou derrotado, mas que, ainda assim, seria capaz de produzir, por fraqueza interna, um fenômeno irracional, que o prejudica e ameaça: as paixões ou *alogon*, representações fantasiosas da realidade.

Percebo alguma coisa, tenho um sentimento de prazer ou dor - e é essa representação que transforma esse fato psicológico em tendência. [...] a tendência é sempre precedida de um juízo a respeito do que devo procurar ou evitar. E é esse tipo de juízo que pode me induzir ao erro [...] dessa maneira, nasce a tendência irracional, ou *pathos*, que submete minha conduta ao meu sentimento de prazer ou dor (LEBRUN, 1987, p. 25).

A solução ofertada era extirpar as paixões, “impedindo que a emoção se transforme numa tendência” (LEBRUN, 1987, p.25). No entanto, essa apatia não equivale nem à anestesia, nem à insensibilidade. O sábio ainda sente, “[...] mas é suficientemente treinado a ponto de não interpretá-la de uma maneira fantasiosa, jamais se deixando tragar por ela” (LEBRUN, 1987, p. 25).

Na modernidade, por terem se apresentado dilemas radicalmente distintos dos já mencionados, e que desembocaram na medicalização das paixões, como indica o próprio

Lebrun no artigo acima mencionado, uma solução diversa foi oferecida para os desvios passionais: o trabalho árduo e a frivolição do prazer. No clássico de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (2004, p. 141-169), o autor argumentou que a ascese puritana forneceu os insumos necessários não apenas para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista, como também para o estilo de vida que é seu sustentáculo. Mais especificamente, essa operação se deu pela recriminação do tempo ocioso e do dedicado à fruição, tal qual previsto no ideal de vida aristocrático, assim como pela indicação do lucro e da realização integral da vocação profissional como os únicos indícios da graça divina. O pleno exercício da vocação profissional dependia de uma vida sistemática e racionalmente organizada, a fim de que os indivíduos não se desviassem do caminho escolhido por Deus, e para que todas as forças do corpo fossem reservadas ao trabalho. Nesse contexto, portanto, havia uma forte oposição à moral da nobreza, que mantinha profundos laços com os valores medievais; no conforto burguês, novo ideal de vida, não havia espaço para o prazer.

3. A ascensão do interesse e a supressão da paixão

O processo de reformulação dos lugares destinados, na modernidade, à razão e à paixão, e, por consequência, também ao prazer, encontrou um nódulo central no século XVIII, chamado, pelos homens do período, de século das Luzes ou da Razão. Já por esta autodenominação é possível notar a centralidade atribuída à racionalidade no pensamento da época. Ao menos, é o que indicou Ernst Cassirer, em “O pensamento da Era do Iluminismo” (1992, p. 19-61). Segundo o autor, neste contexto, a razão deixou de designar uma *possessão* e passou a corresponder a uma forma de *aquisição*. Ou seja, deixou de ter como objetivo a apreensão da essência dos elementos do mundo, verdades inatas, e passou a designar um processo de desvelamento do funcionamento da realidade. “[No século XVIII,] A potência da razão humana não está em romper os limites do mundo da experiência a fim de encontrar um caminho de saída para o domínio da transcendência, mas em ensinar-nos a percorrer esse domínio empírico com toda a segurança e a habitá-lo comodamente” (CASSIRER, 1992, p. 31-32). Para que isso fosse possível, a razão não apenas teria adquirido natureza processual, como assumira um caráter uno, imutável e indivisível (CASSIRER, 1992, p. 23).

Dentre as principais consequências desta concepção estava o estabelecimento de um único modelo procedimental para o estudo de todos os campos do conhecimento: a

análise. Baseada no trabalho newtoniano, seu método consiste em, a partir da observação dos fenômenos, identificar uma forma que os une e os ordena; forma obtida através da decomposição dos fatos, da sua observação em partes mais simples, da sua recomposição e re-elaboração em uma formulação sintética (e matemática) (CASSIRER, 1992, p. 27-32). E essa reformulação do conhecimento, feita a partir de uma concepção unitária da razão, reverberou na manifestação material e na organização textual do saber. Nesse sentido, os dois pressupostos básicos da nova razão e do método analítico — proceder sempre de maneira uniforme, independentemente dos campos do saber no qual é realizada a pesquisa, e se supor uma conexão ou identidade interna à multiplicidade de fenômenos (CASSIRER, 1992, p. 43-50) — ganham corporeidade.

Caso paradigmático disso é a *Encyclopédie*, que, como indicou Darnton, tinha na base de sua organização duas metáforas centrais: a árvore do conhecimento e o mapa mundo (DARNTON, 1988, p. 250-252). A primeira implicava uma certa unicidade e organicidade do saber, que, se pressupunha, se desenrolava a partir de princípios comuns. Já a segunda, partia da possibilidade, implícita no método analítico, de que a razão fosse capaz de percorrer todas as etapas e extensão do saber humano, visto que nele não mais penetraria nada de transcendental (CASSIRER, 1992, p. 33). Aliás, como indicou o autor de *O Grande Massacre de Gatos*, a inovação e a radicalidade da enciclopédia de Diderot e D'Alembert estaria precisamente na re-delimitação do cognoscível — o qual, como previamente comentado, deixava de incorporar o divino e o eterno, elementos ausentes ou de pequena relevância em sua enciclopédia, ao contrário do que acontecia nas de seus predecessores, Chambers, Bacon e afins (DARNTON, 1988 p. 252-7).

O século das luzes, no entanto, precisa ser inserido em um processo muito mais amplo de transformação do par *paixão-razão* e da sua relação interna — que passa a ser uma de oposição e, eventualmente, de supressão da paixão e dos seus elementos correlatos, dentre os quais se destacam o corpo e o prazer. Afinal, a gradual sobreposição da razão com o *interesse* burguês e a conseqüente ascensão do ideal utilitário, quando associada à necessidade de controle do corpo social, levou ao esvaziamento das potencialidades cognitivas dos aspectos, a partir de então, ditos decorativos da comunicação, e estimulou o desenvolvimento e a defesa de uma linguagem supostamente clara, transparente e objetiva. Esse movimento se relaciona intimamente com o desenvolvimento técnico e com as novas qualidades do texto impresso. Em alguma medida, os escritos, pelas suas novas características, parecem ter perdido sua aura e

unicidade, tornando-se um conteúdo de caráter intercambiável (HESPANHA, 2008, p. 13-16): a mensagem é separada de sua forma.

Segundo Marilena Chauí, em artigo intitulado “Sobre o Medo” (1987, p. 33-83), na modernidade, o antagonismo entre paixão e razão, já presente na antiguidade e na Idade Média, se transformou e se acentuou. As paixões se tornaram sinônimo de desrazão ou irracionalidade, uma espécie de furor bêbado, motivado pela entrega ao prazer ou à dor, e responsável por aproximar os homens de condições animais ou bestiais; enquanto isso, a razão se identificou com a fonte de autocontrole e passou a representar a possibilidade de livre arbítrio. Na opinião da autora, a chave para compreensão desse movimento está na formação da moral burguesa, cuja origem é marcada por uma relação tensa com o ethos passional aristocrático. A moral burguesa teria surgido como uma alternativa à configuração socioafetiva vigente até então.

Exemplo paradigmático desta disputa entre moralidades, e eixo central do texto de Chauí, é a reconfiguração do medo. Se, desde a antiguidade, o medo se opunha à coragem e à valentia, no século XVI, com Montaigne, teria surgido uma nova polarização, agora, entre medo e prudência. Tal deslocamento só foi possível porque o autor afastou as noções de bem e mal das de vício e virtude — enquanto as primeiras estavam associadas a disposições naturais e imutáveis, as segundas correspondiam à presença ou ausência de razão.

Fraqueza de ânimo e covardia não são a mesma coisa: a primeira vem da Natureza ou do costume; a segunda, da surdez aos conselhos da razão. Por isso o medo [...] é o que nos torna insensatos pondo ‘asas em nossos pés’ quando não deveríamos fugir, e ‘pregando-os ao solo’ quando a fuga seria necessária. Rouba-nos a coragem e dá ensejo à crueldade. Acidente dotado de causas e fruto da insensatez, o medo não se opõe à valentia, mas à prudência. [...] A bravura é tão insensata quanto o medo. Insensatez, sabemos, é o termo médico para classificar o irracional como louco. O extravagante (CHAUÍ, 1987, p. 44-45).

No entanto, a razão que calcula o equilíbrio e a prudência é uma muito específica, como é possível entrever na discussão previamente apresentada sobre a razão iluminista. A razão adquiriu, e não por acaso, um sentido de origem mercantil, o *interesse*, ou razão calculadora, que permite a abstração dos valores de objetos materiais e de fenômenos passionais, sua quantificação e inserção em um sistema de trocas, possibilitando, com base no valor atribuído, permutações e hierarquização. Muitos desses aspectos aparecem no método analítico, afinal, o processo de decomposição em partes cada vez mais simples e sua recomposição sintética em uma linguagem análoga à matemática, pressupõe um

movimento de abstração dos fenômenos e sua sistematização em uma grade de elementos que se tornam minimamente intercambiáveis. Como comentou Cassirer, no limite, a razão iluminista corre o risco de obliterar a pluralidade e difundir o nivelamento: “O pensamento analítico arranca a máscara que dissimula os fenômenos [...], mas a realidade assim desmascarada só vai mostrar em seguida, em lugar da diversidade anterior e da mobilidade interna, a mais nua uniformidade” (CASSIRER, 1992, p. 48).

A reconfiguração das definições da razão e, conseqüentemente, da paixão, do prazer e da formação de conhecimento, todavia, é resultado de mudanças em todas as esferas da vida. Aparece com destaque, por exemplo, na dimensão político-econômica. Nesse sentido, Silvia Federici, em *O Calibã e a Bruxa* (2017), afirmou que, durante o período de acumulação primitiva, a grande tarefa das incipientes organizações burguesas era transformar os corpos humanos, ainda depositários de uma autoimagem pré-capitalista, em máquinas de produção. Tal missão só seria possível caso houvesse uma convergência das investigações filosóficas e anatômicas com as práticas governamentais e econômicas, permitindo, tal qual havia sido feito com a natureza, a decomposição, ou desmembramento, e dessacralização do corpo e sua conseqüente submissão à razão. No caso, à razão burguesa, ao interesse, à produtividade e à utilidade. Assim, a elaboração de uma nova concepção de pessoa, na qual se separava uma dimensão corpórea e sensorial, de outra, anímica ou racional, permitindo a instrumentalização do corpo, dependia tanto da investigação e classificação das capacidades humanas, operações efetuadas pela filosofia mecanicista e pela anatomia, quanto da agência do Estado, cujas práticas coercitivas e violentas seriam capazes extirpar “uma ampla gama de crenças pré-capitalistas, práticas e sujeitos sociais cuja existência contradizia a regulação do comportamento corporal prometido pela filosofia mecanicista” (FEDERICI, 2017, p. 257).

O que se testemunha, em retrospecto, portanto, é um contínuo afastamento entre mente e corpo, razão e paixão, objetividade e prazer. No qual, os segundos passam a representar um risco à plena atividade dos primeiros. Aliás, a transformação do corpo em algo simbolicamente próximo dos autómatos e das máquinas, sujeitos ao controle dos homens, e cujo ritmo produtivo é previsível pela possibilidade de desmembrá-lo em partes, é elemento constitutivo da formação do sujeito moderno. As paixões, as funções biológicas e as sensações corporais, dentre as quais está o prazer, não fazem parte da essência e personalidade do sujeito, mas constituem um objeto que o homem deve

instrumentalizar e dominar, com o intuito de vender a sua força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 240-284).

Assim, o que Silvia Federici parece sugerir é o surgimento, no interior do capitalismo, de um sistema metafórico de representações e interpretação do mundo. O corpo era antagônico e inferior à razão, e comportava uma ambiguidade fundamental: ao mesmo tempo em que representava uma ameaça à plena realização do racional, poderia, caso fosse dominado, se tornar o instrumento da ação da vontade no mundo. Essa tensão se produzia tanto no interior dos indivíduos, processo através do qual o corpo se tornou um objeto cada vez mais estranho e distante, quanto em âmbito social, no qual a população passou a constituir o corpo submetido à razão do Estado absoluto, ou ainda, no qual o proletariado tornou-se o corpo, máquina de trabalho, e a burguesia, a razão produtora. A elaboração desse sistema analógico de representações é central, também, porque parece sugerir uma origem para a versão moderna da associação do proletariado, e, especialmente, das mulheres e dos não-brancos, à selvageria, aos instintos e à sensualidade corporal. Se justificaria, assim, a sua inferioridade e a necessidade de subjugar-los a uma razão externa. O processo de domesticação do corpo das mulheres e dos não brancos, inclusive, esteve intimamente ligado a um movimento posterior, no século XIX, de feminilização⁹ da literatura, que passaria a ser compreendida como uma forma de saber menor, cuja potência está ligada ao instinto, à sensualidade e aos estímulos sensoriais (WHITE, 2011, p. 503-504).

No século XIX, essa longa e tensa trajetória desembocou na consolidação da lógica utilitarista. Em artigo intitulado “Razão e Paixão na política” (1996, p. 13-23), Maria Stella Bresciani indicou como, na sua origem, o cálculo racional, que orienta o pensamento liberal e utilitarista, tinha, pelo menos no interior dessas duas escolas, uma função aparentemente emancipatória. A mesma orientação já estaria presente nos pensadores iluministas, assim como nos liberais ingleses, seus contemporâneos. Teria sido na época das luzes que surgiu a associação entre felicidade e utilidade, assim como a sua centralidade política (BRESCIANI, 1996, p.16) e, quiçá, até econômica. Nesse sentido, retomando a reflexão estabelecida até aqui, parece ser possível supor que a razão calculadora, ainda que seja um instrumento de geração de lucro, tinha, entre seus intuítos iniciais, a conquista do conforto e da comodidade no mundo. Nesse sentido, foi a

⁹ White fala não do aumento do número de mulheres artistas ou escritoras, mas de uma associação da literatura a um arquétipo ou performance feminina (WHITE, 2011, p. 499-515).

associação do substantivo razão ao adjetivo universal, ainda, a eliminação de toda pluralidade em prol da descoberta de uma uniformidade geral, que tornou a razão burguesa altamente criticável. Gradativamente, a razão, supostamente neutra, deixou de ser um instrumento para a realização da felicidade humana e passou a ser a própria estrutura que orienta os movimentos dos humanos no mundo (BRESCIANI, 1996, p. 19).

4.Linguagem e verdade em tempos utilitários e a organização da escrita da história

Talvez não seja preciso enfatizar que todo esse movimento intelectual, político, social e afetivo, especialmente quando associado às revoluções técnicas que marcaram a modernidade, como é o caso paradigmático da invenção da imprensa, tiveram um fortíssimo impacto na concepção da linguagem e da escrita, o que influenciou diretamente a historiografia no contexto de seu surgimento e consolidação. Já no século XVI, por exemplo, a escola ramista, cujos impactos são sentidos até hoje, separou as cinco partes constitutivas da Retórica antiga. A partir de então, a *Inventio* ou criação do argumento, a *Dispositio* ou elaboração do argumento e a *Memória* passaram a pertencer à Dialética; e a Retórica ficou restrita à associação entre a *Elocutio* ou textualização do discurso e a *Oratória* ou apresentação do orador. Consequência direta: todos os aspectos formais de um texto escrito ou falado foram separados do conteúdo propriamente dito e os elementos persuasivos se transformam em mera decoração (HAWKES, 1972, p. 22-30). Já no século XVIII, o legado ramista, em convívio com a difusão da imprensa e a ascensão da razão universalizante, levou à procura por uma linguagem clara e objetiva, capaz de tornar mais evidente e menos mediado o contato com o pensamento. Ela deveria, portanto, ser desprovida de tudo aquilo que remetesse ao singular e ao individual, como as metáforas (HAWKES, 1972, p. 30-33). Essa conclusão, aliás, não parece muito distante daquela de Hespanha, posto que o autor frisa a crescente fixidez que adquiriu o conteúdo do texto jurídico impresso, cada vez menos aberto a interpretações desviantes do cânone. O livro gradualmente deixou de ser um objeto vivo e autêntico, e se transformou em um aporte de conteúdo intercambiável (MÜLLER, 1994, p. 32-45). Algo que se manifesta na, ou então é proporcionado pela, organização do layout do texto (HESPANHA, 2008, p.23-29)

O impacto das transformações culturais da Europa moderna na linguagem, nos textos e na comunicação é também analisado por Hayden White em “La supresión de la retórica en el siglo XIX” (2011, p. 499-515). Para o autor, no período oitocentista, teria

se encerrado um processo de reorganização dos gêneros e estruturas discursivas, resultado da supressão da Retórica — que ele define como a técnica, existente desde a antiguidade, de estudo, sistematização e ensino das diferentes práticas discursivas, e que estaria baseada na pressuposição de que os todos tipos de discurso estão correlacionados, visto que dependem da figuração e do uso de *tropos*. Esse movimento teria três motivações — pouco importa se elas foram iniciativas conscientes ou não. A primeira consiste na capacidade crítica e de agência política que o conhecimento das técnicas de convencimento e persuasão proporciona. Em sociedades crescentemente massivas e supostamente mais democráticas, era preciso garantir a domesticação das massas, que deveriam entender as mensagens do poder, não as criticar. Em segundo lugar, de Kant a Bentham, houve um crescente julgamento moral e ético da retórica, que gradualmente é transformada em uma prática incapaz de sinceridade, autenticidade e fidelidade à realidade. Afinal, o orador se preocuparia apenas com a forma, não com a verdade, o bem ou a beleza; quando muito, esses valores seriam mobilizados para provocar as reações desejadas no auditório. Finalmente, a retórica passou a ser considerada, justamente pelo uso das figuras de linguagem, uma forma inútil de comunicação. A escrita ideal deveria ser específica, clara, neutra, dotada de ortografia estandardizada e caracterizada pelo pensamento lógico e linear, típico do texto escrito.

Ainda segundo o autor, o processo de supressão da retórica ocasionou o surgimento de dois diferentes tipos de escrita, aparentemente irreconciliáveis, a escrita clara e gramaticalmente correta, que pode e deve ser ensinada, e a escrita literária, caracterizada pela preocupação formal e pelo uso da figuração, a qual depende do talento e não pode ser nem estudada nem ensinada. A primeira, se distinguiria pelo conteúdo, informa fatos objetivos e, quando muito, convence. A segunda, se distinguiria pela forma, trata de questões relacionadas à subjetividade, às paixões, à individualidade e tende a seduzir. De um lado, o útil, que é mera transmissão do real. Do outro, o belo e prazeroso, resultado da criação subjetiva e do talento. Duplo movimento de negação: das propriedades cognitivas próprias dos aspectos ditos decorativos, responsáveis, também, pelo engajamento físico e afetivo com o texto; e do caráter propriamente retórico deste discurso anti retórico.

Curiosamente ou não, foi também entre os séculos XVI e XVIII, especialmente nos territórios germânicos, que a história se autonomizou. Já não era mais preciso pensar na dimensão formal do argumento, pois a história narraria a si mesma. Ou seja, a escrita

passava a ser entendida como decorrência direta do próprio processo histórico, do qual o historiador é apenas o olho e a mão que articula tempo, vida e texto (HARTOG, 2011, p. 180). No entanto, tal qual acontece com a retórica, cabe se perguntar se o fim do questionamento sobre a narrativa, ainda, se o seu ocultamento, elimina o dilema propriamente dito?

Nesse sentido, é interessante observar como, no século XIX, contexto de formação da disciplina historiográfica moderna, se optou por um ofício abertamente inspirado não na arte, mas nas ciências naturais (HARTOG, 2011, p. 174). Foi uma escolha feita em prol do argumento e não da “decoração”, pela dialética e não pela retórica, pela precisão e não pelo prazer. Efeito de médio prazo: especialmente a partir da fundação e popularização da escola dos *Annales*, ainda que se discutisse o limite entre o verdadeiro e o ficcional, se aprofundou o apagamento da narrativa no fazer historiográfico. A reflexão sobre a escrita foi sobrepujada por discussões concernentes ao método (HARTOG, 2011, p. 176-178). Em suma, a questão central se tornou como, tendo consciência das implicações da subjetividade do historiador nos seus estudos e na construção do seu objeto, praticar uma ciência portadora de alguma verdade? Como diminuir a distância entre realidade e linguagem?

Não que não tenham existido, também, questionamentos e disputas sobre as formas adequadas de apresentação, ao leitor, das evidências no texto historiográfico. François Hartog, em *Evidência da História* (2011), frisa como, tanto no século XIX, quanto a partir da década de 70 do século passado, houve, em primeiro lugar, disputas sobre os meios apropriados de formatação da história e da verdade; e, em segundo, tensionamentos dos limites entre História e ficção, que promoveram experimentações com os limites narrativos da disciplina. Mais especificamente sobre o século XIX, o autor apresenta os modelos da história liberal, da de Michelet e da de Fustel de Coulanges (HARTOG, 2011, p. 145-172). Através deles seria possível notar um gradual distanciamento da disciplina em relação aos métodos representativos inspirados nas artes, e a tentativa de aproximação de uma estética das ciências naturais.

Assim, para os liberais, a verdade só poderia ser desvelada através de uma narrativa vivaz, inspirada no romance e na pintura. Já para Michelet, só seria possível encontrá-la por meio de um mergulho pessoal do historiador nas profundezas da morte, permitindo uma percepção afetiva da totalidade e complexidade de um tempo passado, tão intensa que anula o historiador, agora *aedo* da verdade. E, finalmente, para Fustel de Coulanges,

seria preciso abdicar de princípios artísticos de investigação e, através da aplicação de um método científico para a análise documental e arquivística, mergulhar nos dados do passado e esquecer-se do presente e de si mesmo. Nesse modelo, já não haveria questionamento sobre a literariedade do fazer historiográfico. Apesar de todas as diferenças, algo unificaria e associaria essas posturas, aproximando-as, também, da prática contemporânea: a ambição de constituir “um discurso da verdade” (HARTOG, 2011, p. 164), objetivo e com claras implicações textuais e argumentativas. O que Hartog não explicitou é que, além do desejo de verdade, uma outra fonte de estabilidade para o fazer moderno do historiador está na articulação entre novas sensibilidades, novas tecnologias de produção e reprodução, e a organização das evidências na página.

Neste momento, quem dá pistas é Michel Foucault (2014). O filósofo afirmou que toda época tem ordens do discurso que lhe são próprias, e cujo objetivo, supostamente, é o de conter os perigos inerentes à fala e garantir o melhor uso possível da palavra. Para isso, existiriam mecanismos de *controle*, *separação* e *exclusão* (FOUCAULT, 2014, p. 8-42) — cujo estudo, diga-se de passagem, termina por evidenciar a função mascarada do discurso na manutenção e na disputa por poder. Tais recursos agiriam em três frentes: controlar os poderes da fala, as circunstâncias de sua enunciação e os sujeitos que podem tomar a palavra em cada contexto e para cada tipo de discurso.

No âmbito deste argumento, no entanto, é interessante ressaltar três mecanismos específicos. A *vontade de verdade*, que estabelece a separação entre aquilo que é considerado verdadeiro ou falso, cognoscível ou incognoscível. A *disciplina*, um sistema composto por teoria, metodologia e formas de codificação que, através da garantia da repetição de seus pressupostos, permite a formulação indefinida de enunciados novos. Esses novos enunciados, aliás, não constituem nem a soma de tudo que pode ser dito, nem de tudo que é verdadeiro sobre um fato, posto que a disciplina consiste em um modelo de sistematização das formas de produção dos enunciados, requeirindo coerência interna, não externa. E, finalmente, a *doutrina*, responsável por criar relações de pertencimento e validação mútua entre determinados sujeitos sociais e formas específicas de discurso. O que Foucault parecia sugerir é que todos esses mecanismos são perpetuados e produzidos por uma complexa rede de relações entre as instituições, os interesses econômicos e os meios e técnicas de produção e reprodução de textos (FOUCAULT, 2014, p. 16-17). Constatação que abre espaço para a seguinte conclusão: os meios materiais de difusão da palavra desempenham um papel central na delimitação da *vontade de verdade*,

influenciam e são influenciados pela constituição de uma disciplina, e criam, em consonância com a formulação das doutrinas, o conjunto de métodos textuais que permite identificar e restringir o grupo de sujeitos capaz de realizar um dado discurso.

Não parece exagero, a partir das formulações acima apresentadas, defender que a história é uma *disciplina*, possuidora de um arcabouço de regras específicas para a formulação indefinida de enunciados novos. Igualmente, não parece absurdo concluir que sua investigação é orientada pela *vontade de verdade* moderna, ou mesmo, que ela apresenta caráter doutrinário, visto que o domínio de um conjunto determinado de técnicas identifica e valida o seu autor, e que, em muitos momentos, a identidade do autor possibilita ou não a validação do seu trabalho. Assim, considerando que, na Europa moderna, a *vontade de verdade* esteve associada à tentativa de aproximar pensamento ou acontecimento da palavra¹⁰, tornando-a portadora de uma verdade inquestionável; ainda, que isso possibilitou a busca pela transformação o discurso em significante (FOUCAULT, 2014, p. 45-48), pode ser interessante evidenciar alguns dos artifícios visuais e materiais do texto historiográfico que possibilitaram e foram possibilitados por essas mudanças.

Nesse sentido, um texto fundamental é “Descrição e citação” de Carlo Ginzburg (2007, p. 17-40), no qual o autor analisou o surgimento de novas formas de evidência no texto historiográfico, como a citação, as notas marginais e as referências. No entanto, é importante ressaltar que o mais interessante nesse texto são, para usar uma terminologia do próprio autor, os indícios ou os sintomas que ele apresenta, e não a sua conclusão. Isto porque Ginzburg estava preocupado com o que ele chama de *efeitos de verdade*, isto é, o rebuscado estético que permite com que o leitor perceba o texto como verdadeiro. Ora, todo o meu esforço tem sido o de defender que a separação entre estética e fato ou pensamento é falaciosa, ou, ao menos, é resultado de um projeto e de um modelo de conhecimento que é historicamente datável.

De qualquer maneira, vale recapitular o movimento narrado por Ginzburg. Segundo o autor, na antiguidade, tanto na Grécia quanto em Roma, a história, concebida como vertente da retórica, tinha, nesta arte do discurso, a base para sua formulação textual. Consequentemente, a veracidade estaria relacionada à *enargeia* ou *demonstratio*. A dizer,

¹⁰ O que teria ocorrido através da autonomização do texto, a partir de então, aparentemente, objetivo e claro, dissociado do prazer e da paixão, e, supostamente, distante da construção por técnicas discursivas, retóricas e figurativas.

uma descrição vívida e clara, que permitiria a sensação de presença e imediatez do acontecimento. Ainda, possibilitaria ao leitor se transformar em testemunha do fato narrado. Materialmente, isso poderia ser produzido de diversos modos: pela acumulação de detalhes, que garantia a integridade da experiência original; pelas cacofonias e onomatopeias, de efeito sinestésico; e pela *ekphrasis*, descrições detalhadas, inspiradas nas pinturas. Da antiguidade para a modernidade, no entanto, teria ocorrido uma mudança: a substituição da *enargeia* (descrição) pela evidência (documentos) enquanto núcleo constitutivo da verdade do fazer historiográfico (GINZBURG, 2007, p. 17-25), da unidade entre argumento e disposição à ênfase metodológica. Tal movimento teria sido resultado da incorporação dos métodos de pesquisa antiquários e do abandono da história política tucidideana. Em outras palavras, deslocava-se a centralidade: da testemunha e da *enargeia* para a erudição e a análise de documentos e objetos. Algo complementar à incorporação, nas narrativas cronológicas, de características do modelo sistemático de organização do argumento (MOMIGLIANO, 2004, p. 102-117).

Para compreender tais mudanças, no entanto, é necessário pincelar parte do quadro da época. Em primeiro lugar, havia uma tendência antirretórica, fruto das disputas religiosas dos séculos XVI e XVII. De acordo com Ginzburg (2007, p. 29-35), esse teria sido um movimento oriundo do esforço da Igreja católica para, utilizando os métodos antiquários, resistir aos mecanismos de difusão do protestantismo. Assim, seus eruditos defendiam, por exemplo, a superioridade dos anais, mais simples e objetivos, em relação às narrativas históricas. À época, aquela forma de organização era percebida como mais verdadeira e base de dados ideal para o silogismo — o sustentáculo da estrutura argumentativa lógica. Momigliano, todavia, complexifica um pouco mais esse contexto, defendendo que tanto católicos quanto protestantes utilizavam métodos antiquários para combater um ao outro. No entanto, enquanto os protestantes tendiam à crítica filológica, demonstrando a falibilidade dos dogmas católicos, o catolicismo, tendo a vantagem de “controlar Roma, com todos os seus documentos cristãos e pagãos” (MOMIGLIANO, 2004, p. 110), pendiam à *archeologia*. O ponto central, todavia, é a constatação de um clima antirretórico e antitrópico, reinante na época — o próprio Pierre de la Ramée, ou Petrus Ramus, que operou a divisão da retórica no século XVI, era um calvinista.

Outros três elementos, me parece, também ajudaram a criar o clima geral para as transformações argumentativas presentes na historiografia moderna. Começemos por uma dupla imaterial: o surgimento e difusão dos estudos de galileu e do método

demonstrativo, futura inspiração de Newton, e a ascensão do pirronismo, uma forma de pensamento cético que induzia ao questionamento da autenticidade, da fidedignidade e da realidade das narrativas historiográficas (MOMIGLIANO, 2004, p. 85-95). O ceticismo e o método galileano apresentaram, respectivamente, o problema e a solução para o descrédito daquilo que Momigliano chamou de História Política ou Tucidideana. Afinal, a investigação científica de objetos do passado autênticos permitiria a constatação dos fatos, da verdade. Assim, à historiografia coube incorporar, não sem alguma resistência, os métodos de crítica de fonte dos antiquários.

Nesse sentido, a revolução da imprensa, que alterou a relação da sociedade europeia com os livros e com o conhecimento, também é um elemento central. Pois, como indica o próprio Ginzburg: “A *enargeia* era ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade; as citações na margem, as remissões ao texto e os colchetes, a uma cultura dominada pelos gráficos. A *enargeia* queria comunicar a ilusão da presença do passado [...]” (GINZBURG, 2007, p. 37). E o fazia, diga-se de passagem, pela composição retórica de uma experiência mediada pelo texto, algo possível pelo uso de figuras de linguagem, que promoviam o engajamento físico e o estímulo sensorial, gerando prazer ou dor e criando a sensação, ainda que mitigada, de imediatez dos acontecimentos. Com a supressão da retórica, mas, mais importante, das figuras de linguagem, o prazer era gradualmente excluído do texto do historiador, movimento favorecido pelas novas sensibilidades e técnicas de impressão.

5. À guisa de conclusão de um trabalho ainda incompleto

O objetivo deste trabalho foi refletir sobre o fazer historiográfico e a sua relação com a escrita e o prazer, mais especificamente, com a experiência sensorial e retórica por ele promovida, que permite ou não o engajamento e a simpatia do leitor. Nesse sentido, foi necessário historicizar as escolhas metodológicas e argumentativas da historiografia enquanto disciplina moderna, desnaturalizando a sua formatação e sua organização textual. Assim, tornou-se possível acompanhar como a ascensão de uma nova *vontade de verdade*, de uma nova vontade de saber e de novos meios de produção e reprodução, criaram um ambiente propício para a separação entre a razão e o corpo, a razão e os sentidos, e a razão e a paixão. Curiosamente, o corpo, os sentidos e a paixão são, ainda, entendidos como elementos instáveis e imprevisíveis, que, por estarem vinculados ao prazer ou à dor, nublam a capacidade de raciocínio.

Materialmente, isso implicou na busca por métodos que propiciassem o contato direto e claro com a Verdade, resultado de pesquisa científica. Assim, teriam surgido as marcações tipográficas que indicam os caminhos do método historiográfico: as notas de rodapé, as aspas e citações, dentre outros. Igualmente, se optou por um texto organizado linearmente, dotado de pouco espaço de interpretação, e com narrador em terceira pessoa — pois, já que a história se autonomiza, ela é agora capaz de narrar a si mesma. Ficava em segundo plano o engajamento sensorial, vinculado à retórica e, mais especificamente, as figuras de linguagem, potencialmente culpadas de dois grandes crimes: não designar seus objetos diretamente, visto que são percebidas como obscuras, ambíguas ou falseadoras; e de incapacitar o julgamento, dado que geram engajamento físico e prazer ou desprazer.

Evidentemente, já no século XX, o cenário mudou. Surgiram, ou talvez nunca tenha deixado de existir, uma série de autores que flertam com os limites argumentativos da disciplina, mas que, nem por isso deixam de ser considerados historiadores — ainda que, nesses casos, seja de praxe frisar a trajetória desviante ou o interesse interdisciplinar do autor. Retomando a provocação inicial, é assim que se costuma receber textos como os de Darnton. Tudo acontece como se, quando o intuito da leitura é a pesquisa, fossemos imediatamente acometidos por um sentimento de medo, motivado pela possibilidade de ter nosso raciocínio incapacitado, e concordar acriticamente com o argumento; ou então, enchemo-nos de suspeita, desconfiamos da seriedade da pesquisa do historiador. Em contrapartida, um texto denso e pesado, cheio de notas de rodapé não nos gera nenhum receio. Sentimo-nos seguros e tranquilos, como se ali houvesse clareza o suficiente para a mente atuar.

Espero ter consigo demonstrar que ambas as posturas são resultado de uma sensibilidade historicamente produzida e correspondem a um projeto de ciência e *vontade de verdade* muito específicos e questionáveis. Até porque, não apenas a postura crítica e a leitura atenta devem ser assumidas frente a qualquer texto, como sentir prazer não significa concordar com a fonte dele. Nesse sentido, não deixa de ser interessante perguntar: onde estaremos mais desatentos e menos críticos, junto ao texto que nos deixa alerta pela sua potencial obscuridade? Ou ao lado do que nos relaxa pela familiaridade?

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 217-254.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Razão e paixão na política. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 1996, p. 13-23.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. Sobre o Medo. In.: NOVAES, Adauto (org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 33-83.
- CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. *Revista Sinais*, Vitória, n.15, Jun, p. 16-33, 2014.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- EUGÊNIO, Fernanda; FIADEIRO, João. “O encontro é uma ferida - Excerto da conferência-performance Secalharidade”. Julho de 2012. Disponível em: <https://ladcor.files.wordpress.com/2013/06/o-encontro-c3a9-uma-ferida.pdf>. Acesso em: Abr. de 2019.
- FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras: São Paulo, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Serenidade, Presença e Poesia*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2014.

GUMBRECHT, H.U; PFEIFFER, K. L (org). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HARTOG, François. *Evidência da História*: O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

HAWKES, Terrence. *Metaphor*. Bristol: Methuen & Co LTD, 1972.

HESPANHA, Antonio Manuel. Form and content in early modern legal books: Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. *Rechtsgeschichte*, Frankfurt, n. 12, p.12-50, 2008.

LEBRUN, G. O conceito de paixão. In: NOVAES, Adauto (org). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 12-33.

MCKENZIE, Donald. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: edUSP, 2018.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 85-117.

MÜLLER, J.D. The Body of The Book: The Media Transition from Manuscript to Print. In: GUMBRECHT, H.U; PFEIFFER, K. L (org). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994, p. 32-45.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX. In: _____. *La ficción de la narrativa*. Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007. Buenos Aires: Estrela Cadencia, p. 499-515.